

Cultura e Capitalismo em Max Weber*

Culture and Capitalism in Max Weber

Eduardo José Monteiro da Costa**

Resumo: este artigo é muito mais do que um ato memorial pelo centenário de falecimento de Max Weber ou da republicação de sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Partindo do pressuposto de que a Ciência Econômica precisa redescobrir a teoria econômica por ele desenvolvida, que é indissociada da multidisciplinaridade como recurso analítico, o objetivo é apresentar a compreensão de Weber sobre a relação entre cultura e Capitalismo. Nesse desiderato, cumpre como etapa necessária, até mesmo para estabelecer as devidas mediações analíticas, a contextualização, ainda que de forma concisa, do seu pensamento no tempo e espaço de sua produção, destacando as suas principais fontes de influência.

Palavras-chave: Max Weber. Capitalismo. Cultura. História do Pensamento Econômico. Escola Histórica Alemã.

Abstract: this article is much more than a memorial act for the centennial of Max Weber's death or the republication of his work *The Protestant Ethics and the Spirit of Capitalism*. Based on the assumption that Economic Science needs to rediscover the economic theory developed by it, which is inseparable from multidisciplinarity as an analytical resource, the aim is to present Weber's understanding of the relationship between culture and Capitalism. In this regard, it is necessary, even to establish the appropriate analytical mediations, to contextualize, even if concisely, his thought in the time and space of his production, highlighting his main sources of influence.

Keywords: Max Weber. Capitalism. Culture. History of Economic Thought. German Historical School.

JEL: B1. B15.

* Submissão: 22/03/2021 | Aprovação: 04/07/2021 | DOI: 10.5380/re.v43i82.80155

** Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil | ORCID: 0000-0001-7990-6232 | E-mail: ejmcosta@ufpa.br



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

1. Introdução

No dia 14 de junho de 1920, faleceu em Munique (Alemanha) Maximilian Karl Emil Weber, um dos mais importantes pensadores sociais de todos os tempos, vítima de uma pneumonia que em algumas de suas biografias é atribuída a Gripe Espanhola. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Bergfriedhof de Heidelberg, região de Baden-Württemberg na Alemanha.

Max Weber (1864-1920), como se tornou conhecido, é indiscutivelmente um dos grandes pensadores sociais da humanidade, tendo exercido poderosa influência em vários campos do conhecimento: História, Filosofia, Direito, Administração, Sociologia, Ciência Política e Economia. Mesmo decorridos mais de cem anos de seu falecimento, o seu legado teórico ainda ecoa no meio acadêmico, influenciando gerações de pesquisadores. Além disso, dado o crescimento do interesse pelo estudo da cultura como elemento importante para a compreensão do Capitalismo e da trajetória de desenvolvimento das sociedades (ou de subdesenvolvimento), este legado merece uma mais intensa revisitação, em especial no campo da Economia.

Pelas suas contribuições para a Sociologia, hoje é considerado, ao lado de Karl Marx e Émile Durkheim, uma das principais referências neste campo de conhecimento. Porém, na arena da história do pensamento econômico é razoável abrir um debate sobre uma possível injustiça acadêmica ao ter o seu nome – juntamente com o seu legado e influência teórica, sobretudo para a análise do desenvolvimento do Capitalismo – omitido ao lado daqueles que são considerados como os principais intérpretes do Capitalismo: Karl Marx, Joseph Alois Schumpeter e John Maynard Keynes.

No mesmo ano em que faleceu, a sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (doravante *A Ética Protestante*) – que foi publicada originalmente como dois ensaios, em novembro de 1904 e em junho de 1905, na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Arquivo de Sociologia e de Política Social), doravante *Archiv* – foi reeditada e, mesmo naquele curto período de tempo, causou enorme repercussão e debate no meio acadêmico da época ao lançar a tese de que a revolução religiosa que ocorreu com a Reforma Protestante foi o fator dominante na formação da mentalidade capitalista e do próprio Capitalismo (Schumpeter, 1964). Posteriormente, vários autores seguiram essa trilha e

escreveram obras importantes sobre o tema: Tawney (1926), Fullerton (1928), Robertson (1933), Troeltsch (1949), Grenn (1959) e Samuelson (1961).

A Ética Protestante e Economia e Sociedade, outra obra clássica, impactaram fortemente na formação do pensamento social em nível mundial;¹ e, inclusive, na formação do pensamento social brasileiro por meio de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Octávio Ianni, Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, Cândido Procópio Camargo, Viana Moog, Mário Wagner Vieira da Cunha, Emílio Willems, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes e Celso Furtado (Dias, 1974; D’Aguilar, 2020; Souza, 2020).

Para se ter uma ideia da sua dimensão e influência no Brasil, em 1999, o jornal *A Folha de São Paulo* realizou uma pesquisa entre uma dezena de importantes intelectuais brasileiros sobre quais seriam os livros de não-ficção mais importantes do século XX.² Nesse levantamento, Weber logrou com duas publicações o primeiro e o terceiro lugar entre os 100 livros ou ensaios mais importantes do século XX. A sua obra *A Ética Protestante* foi eleita o livro mais importante e *Economia e Sociedade* ficou em terceiro lugar. Mais recentemente, na onda de “redescobrimento” da cultura como chave para a compreensão das trajetórias de desenvolvimento das nações, a tese seminal de Weber foi resgatada em várias reflexões: Fukuyama (1996, 2004), Landes (2004), Sachs (2004), Harrison (2004), Grondona (2004), Pye (2004), Higgins (2005) e Acemoglu e Robinson (2012).

Desta forma, este artigo é muito mais do que um ato memorial pelo centenário de falecimento de Weber ou da republicação de sua obra *A Ética Protestante*. Partindo do pressuposto de que a Ciência Econômica precisa redescobrir a teoria econômica por ele desenvolvida, que é indissociada da multidisciplinaridade como recurso analítico, o seu objetivo é apresentar a compreensão de Weber sobre a relação entre cultura e Capitalismo. Nesse desiderato, se entende como etapa necessária, até mesmo para estabelecer as

¹ Dentre os principais autores que, em maior ou menor grau, foram impactados pelo pensamento de Weber podemos listar: Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Arnol Gehlen, Max Scheler, Karl Jaspers, Leopold von Wiese, Karl Mannheim, Alfred Schütz, Evin Goffman, Eric Voegelin, Norbert Elias, Ernest Gellner e Anthony Giddens.

² O júri foi composto pela seguinte banca: o crítico literário e escritor Modesto Carone, o antropólogo Roberto DaMatta, o físico Rogério César de Cerqueira Leite, o economista Eduardo Giannetti, os historiadores Evaldo Cabral de Mello e Nicolau Sevcenko e os professores de filosofia Maria Sylvia Carvalho Franco, Olgária Matos, Bento Prado Jr. e Renato Janine Ribeiro. A este respeito consultar: Natali (1999).

devidas mediações analíticas, a contextualização, ainda que de forma concisa, do seu pensamento no tempo e espaço de sua produção, destacando as suas principais fontes de influência. Para isto, o estudo está organizado, além desta introdução, em mais três itens. O segundo apresenta uma síntese biográfica seguida de sua filiação teórica, visando estabelecer a contextualização anunciada. O terceiro entra na epistemologia de sua produção reflexiva com atenção especial para a relação entre Capitalismo e cultura. O item derradeiro é reservado para as conclusões.

2. Max Weber: síntese biográfica e filiação teórica

2.1 Breve biografia

Max Weber nasceu no dia 21 de abril de 1864 em Erfurt, cidade próxima a Weimar, região da Turingia na Alemanha. Foi o primogênito de sete filhos de Max Weber e Helene Fallenstein. A sua família pertencia à elite cultural e política da Alemanha Guilhermina, e apoiou o *Kaiserreich* (Segundo Reich) que em 1871 unificou os reinos germânicos (com exceção da Áustria), durando até 1918; quando se desintegrou dramaticamente com o fim da Primeira Guerra Mundial (Whimster, 2009). Weber, além de espectador privilegiado, foi partícipe do agitado ambiente político, social e econômico desta Alemanha em formação, o que despertou o seu interesse por temas como política, democracia, socialismo, capitalismo, economia, situação agrária, motivações sociais; assuntos presentes em diversas de suas obras.

Seu pai, um protestante praticante, foi um industrial do ramo têxtil que exerceu a magistratura e também participou ativamente da política como membro do partido liberal-conservador. Era um homem bastante exigente, que nutria enorme expectativa a respeito de seu primogênito. Sua mãe, considerada uma mulher de elevada cultura, descendia de uma família de professores liberais e humanistas, de ascendência huguenote (calvinista), que haviam fugido da perseguição religiosa na França. Ambos teriam sido responsáveis por fornecerem a Weber uma educação rígida, o que para alguns de seus biógrafos ajuda a explicar o crônico problema de depressão que enfrentou em idade adulta.

Weber recebeu a sua formação secundária em Berlim. Depois, ingressou no estudo do Direito nas universidades de Heidelberg, Göttingen e, finalmente, Berlim, tendo transitado pela História, Economia Política, Filosofia e Teologia. Frequentou ativamente o *Evangelisch-soziale Kongress* (Congresso Social

Protestante), uma associação fundada em 1890 por teólogos, sociólogos e economistas que estavam preocupados com a questão social e que se tornou um importante fórum de discussão da socialdemocracia. Ao mesmo tempo, colaborou com a revista de matriz liberal-protestante *Die Christliche Welt* (O Mundo Cristão), tendo mantido um relacionamento muito próximo com Friedrich Naumann (1860-1919), que além de pastor e teólogo foi o primeiro presidente do Partido Democrata Alemão e um dos fundadores da República de Weimar. Em 1889 concluiu o seu doutorado com um estudo sobre a história das sociedades comerciais na Idade Média. Em 1892 foi habilitado para a Universidade de Berlim, apresentando o trabalho *A História Agrária Romana em sua Significação para o Direito Público e o Direito Privado*. Em 1893 contraiu matrimônio com Marianne Schnitger (que iria no futuro desempenhar importante papel na curadoria póstuma de suas obras). Em 1894 assumiu a Cátedra de Economia Política e de Ciência Financeira na Universidade de Friburgo em Brisgóvia, indo posteriormente para Heidelberg em substituição a Karl Knies.

Na década de 1890, ao lado de Werner Sombart, Schulze-Gaevernitz, Ferdinand Tönnies e de seu irmão Alfred Weber, tornou-se uma figura proeminente na *Verein für Sozialpolitik* (Associação de Política Social),³ engrossando a sua ala liberal (em contraposição ao grupo conservador) que defendia o livre comércio e detinha uma visão crítica do protecionismo, da cartelização e da burocratização da vida política (Whimster, 2009; Grigorowitschs, 2012).

No ano de 1903, ao lado de Edgar Jaffé e Werner Sombart, assumiu a edição da revista *Arschiv* na qual publicou alguns de seus mais importantes artigos, e que, posteriormente, compuseram algumas de suas obras mais importantes.⁴ Digno de nota foi a introdução elaborada para a primeira publicação sob a coordenação dos novos editores no ano de 1904, na qual claramente delimitaram o desenvolvimento do Capitalismo, em especial o seu caráter histórico e cultural, como a problemática central da nova linha editorial, superando a sua antiga linha marxista

³ A Associação de Política Social foi um grupo reformista altamente influente que fora criado em 1872 pelos economistas nacionalistas Gustav von Schmoller, Lujo Bretano, Karl Bücher e Adolf Wagner, e que desempenhou um importante papel na fundação do *Kaiserreich*.

⁴ As mais importantes obras de Weber são: *A Ética Protestante, Economia e Sociedade, História Econômica Geral, Ensaios de Sociologia, Metodologia das Ciências Sociais, A Política como Vocação e A Ciência como Vocação*.

(Grigorowitschs, 2012). Não por coincidência, logo após, Weber publicou, como já mencionado, os dois ensaios que vieram a compor *A Ética Protestante*.

Em 1909, cada vez mais interessado pelo estudo da ação humana como fator explicativo da sociedade, participa da fundação da *Deutsche Gesellschaft für Soziologie* (Sociedade Alemã de Sociologia). Em 1913, inicia a sistematização de sua metodologia de análise social com a publicação do ensaio *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*, uma versão preliminar de *Conceitos sociológicos fundamentais*, ensaio que abre a clássica obra *Economia e Sociedade* – um compêndio de vários de seus textos, editados postumamente por sua viúva e publicado em 1922, que se tornou, mesmo que inacabada, uma referência obrigatória para o pensamento social contemporâneo. Pouco antes de sua morte, entre 1919 e 1920, Weber dividiu as suas atividades entre consultoria política e um curso ministrado na Universidade de Munique. Em 1919 participou como conselheiro da delegação alemã nas conferências que antecederam o Trado de Versalhes. Neste mesmo ano, se estendendo até 1920, atuou como membro da comissão que formulou a Constituição de Weimar, documento básico do que viria a ser chamada de *A República de Weimar*. Foi, neste período, compatibilizando a sua agenda com atividades políticas, que participou de sua última empreitada acadêmica ao ministrar um curso na Universidade de Munique denominado de *História Geral da Economia*; que, também, foi publicado postumamente em 1923, a partir do material por ele elaborado e das anotações sistematizadas de alguns de seus alunos, sob o título de *História Econômica Geral*.

Weber faleceu precocemente de pneumonia em Munique, no dia 14 de junho de 1920, aos 56 anos. Deixou uma volumosa obra, apesar de durante parte considerável de sua vida alternar períodos de intensa produtividade com outros de uma crônica depressão.

2.2 Filiação teórica

Weber, como todo pensador, foi fruto de seu contexto histórico. Observou atentamente as transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais a Alemanha passava no final do século XIX e início do século XX, em especial os

conflitos entre a esfera econômica e política na era de Bismarck.⁵ Testemunhou um conjunto de reinos fragmentados se unificarem e passarem por um rápido processo de industrialização (com a crescente produção de carvão, ferro, aço e produtos químicos, bem como uma rápida expansão ferroviária), ao lado de um intenso crescimento populacional e de uma acelerada urbanização, fatos que consolidaram o país como a principal economia da Europa no início do século XX, suplantando a Inglaterra, e a segunda maior economia do mundo, atrás somente dos Estados Unidos.

Mas não só isso. Como viajante regular, observou as mudanças que também estavam ocorrendo na Europa (Inglaterra, Escócia, Bélgica e Itália) e Estados Unidos, experiências que foram fundamentais para consolidar as hipóteses que já estava delineando sobre a relação entre os aspectos culturais, a ação humana e a dinâmica de desenvolvimento do Capitalismo. No campo teórico é considerado como pertencente à última geração e indiscutivelmente o intérprete mais conhecido e influente da Escola Histórica Alemã de Economia Política (doravante apenas escola histórica), uma escola de pensamento que logrou, apesar de sua descontinuidade – sobretudo em decorrência de acontecimentos políticos pelos quais a Alemanha viria a passar na primeira metade do século XX (com a ascensão do regime nazista) –, importante influência no pensamento ocidental.

2.2.1 Raízes da escola histórica

As raízes da escola histórica podem ser rastreadas até o movimento filosófico antipositivista alemão, o Carmeralismo e o contraponto que Friedrich List fez ao pensamento liberal inglês.

Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano, foi o primeiro de uma série de pensadores que participaram da construção de um movimento que historicamente se tornou conhecido como romantismo alemão – que emergiu como contraponto ao movimento iluminista francês, sobretudo ao seu viés positivista (racionalista e materialista) –, extremamente importante para a formação da mentalidade da futura nação alemã. Em uma de suas obras, a *Crítica do juízo*

⁵ Na conferência *O Estado Nacional e a Política Econômica*, proferida em Freiburg no ano de 1895, Weber expôs os principais entraves que se apresentavam para a consolidação da Alemanha como nação unificada e desenvolvida. Em sua perspectiva, a Alemanha vivenciava uma dinâmica econômica que não possuía um caráter empresarial típico de uma “revolução burguesa”, mas era dominado por um grupo de industriais que eram apoiados pelo Estado.

(1790), há a utilização de um neologismo e, pela primeira vez, escreve-se o termo *Weltanschauung*, que pode ser traduzido para o português como cosmovisão, procurando, por meio dele, enfatizar o poder de percepção (intuição) da mente humana; ou seja, a percepção do mundo pelos sentidos.⁶

A partir desta formulação original de Kant, e através de seus discípulos, o termo cosmovisão se difundiu no âmbito do emergente e fervoroso ambiente intelectual germânico. Exemplos de filósofos que incorporaram o termo em suas análises são vários, mas convém destacar: Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), um kantiano progressista, que utilizou o termo em sua obra *Uma tentativa de crítica da revelação* (1792) como a percepção do mundo sensível; e, Friedrich Wilhelm von Schelling (1775-1854), que nas *Cartas filosóficas* (1795) enfatizou que a principal finalidade da filosofia é a resolução do problema existencial do mundo, usando o termo como uma maneira autorrealizada, produtiva e consciente de apreender e interpretar o universo.

Paulatinamente, o significado do termo transitou de uma percepção sensorial para uma percepção intelectual do universo que rodeia o homem, integrando no século XIX o vocabulário corrente do círculo intelectual germânico, tendo um papel destacado nas obras de George Hegel (1770-1831), Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), três dos mais destacados filósofos germânicos do século XIX e que vieram a desempenhar um importante papel para a formação do pensamento da futura sociedade alemã.⁷

O filósofo George Hegel incorporou em sua filosofia dialética o termo cosmovisão. Em sua *Fenomenologia da mente* (1807) apresentou a biografia da consciência do *Geist* (espírito) como objeto de análise, destacando que pode haver diversas formas de consciência, que representam variedades de ordens morais de mundo, expressões de variações culturais. A cosmovisão seria, desta forma, um produto cognitivo derivado de um processo histórico, se encontrando, conforme a sua obra póstuma *Filosofia da história* (1837), incorporada tanto na consciência do indivíduo como na de uma nação.

⁶ Sobre o uso do termo *Weltanschauung* (cosmovisão), recomendo Naugle (2017). Neste livro, o autor realiza uma excelente reconstrução histórica da origem e história do termo, bem como o seu impacto na produção do conhecimento em várias áreas, com destaque para a filosofia, teologia e sociologia.

⁷ Naugle (2017) destaca que no início do século XX, determinado trabalho acadêmico (tese de Meier) listou um conjunto de mais de mil trabalhos acadêmicos na Alemanha que utilizavam o termo *Weltanschauung* (cosmovisão) em seu título. Para uma análise do uso do termo por G.W.F. Hegel, Søren Kierkegaard, Wilhelm Dilthey e Friedrich Nietzsche, ver em especial Naugle (2017, cap. 4).

Há desta forma para Hegel uma dinâmica histórica dialética que conforma por meio de suas múltiplas manifestações culturais (religião, artes, leis, ciência, política...) um *Weltgeist* (espírito do mundo), expressão de um todo orgânico indissociável que permite a compreensão dos estágios civilizacionais, bem como a compreensão do *Volksgeist* (espírito do povo). Toda nação é, portanto, herdeira de uma cosmovisão historicamente conformada. E o espírito do povo nada mais é do que a expressão de sua cosmovisão resultante da dialética histórica.

Posteriormente, Wilhelm Dilthey apresentou a ideia de que a compreensão do mundo histórico-social pode ser realizada pela análise do comportamento, ou seja, pelo estudo da psicologia existencial humana. Neste sentido, as estruturas metafísica, axiológica e moral de uma cosmovisão são derivadas da psique humana. Além disso, as diversas cosmovisões surgem intelectualmente da cognição da realidade, afetivamente na avaliação da vida e no desempenho ativo da vontade. Desta forma, concordâncias sociais compõem singularidades históricas, o que leva a um desafio para a historiografia como “ciência do espírito”: enxergar aquilo que é universal no particular, relacionando as diversas manifestações culturais.

Friedrich Nietzsche, finalmente, representou o ápice na filosofia ocidental da revolução copernicana de Kant (Naugle, 2017). No seio de sua reflexão, a cosmovisão foi definida como uma perspectiva sobre a realidade e uma concepção básica da vida; estruturando pensamentos, crenças e comportamentos. Assim, as cosmovisões seriam constructos culturais reificados e moldados em determinado espaço geográfico e contexto histórico, fundamentais para a existência humana.

Para além das reflexões filosóficas, outra importante influência para a conformação da escola histórica foi o Cameralismo que se desenvolveu nos territórios germanófonos no século XVIII, em especial o seu debate sobre a economia, a política e o papel do Estado. Em que pese este ramo do pensamento econômico não ter levantado nenhuma questão teórica mais abstrata sobre a economia, teve importante influência na gestão burocrática dos diversos reinos, ducados e principados germânicos (RIHA, 1985). Convém destacar também que para muitos o Cameralismo foi um caso típico de uma doutrina mercantilista, que teve a peculiaridade de defender a substituição de importações e um Estado atuante (interventor) na economia em defesa da produção doméstica.

Esta visão se amplia quando o economista Georg Friedrich List (1789-1846) publicou a obra *O Sistema Nacional de Economia Política* (1841). Por meio deste livro, e inspirado nas teses seminais de Alexandre Hamilton (1755-1804),⁸ se estabeleceu uma importante crítica à Economia Política Clássica – antecipando inclusive a Karl Marx,⁹ contraponto às teses do liberalismo econômico defendidas pelos ingleses, em especial a teoria ricardiana das vantagens comparativas – destacando a importância das instituições sociais e das condições objetivas dadas por instituições livres para o desenvolvimento da economia nos territórios germanófonos, ao lado de um claro papel institucional do Estado na defesa da indústria nascente. De forma diferente da economia política inglesa (ou escocesa), e assimilando claramente elementos do debate filosófico e cameralista alemão, List acreditava na superioridade da nação sobre os indivíduos, ao lado do predomínio dos interesses nacionais sobre os individuais (Screpanti; Zamagini, 1997). A importância desse estudo está justamente no fato de que, apesar de suas deficiências teórico-metodológicas, houve a inauguração de uma agenda de pesquisa que seria enfrentada por uma sequência geracional de novos pesquisadores, que seriam agrupados sob a chancela de escola histórica. Em função disso, podemos nominar List como um pensador proto-histórico alemão.

Com base no que foi apresentado, é possível compreender porquê Screpanti e Zamagini (1997) destacam que enquanto a economia política desenvolvida na ilha britânica tinha uma ascendência no movimento iluminista do século XVIII, a escola histórica descendia diretamente do romantismo do começo do século XIX, que foi portador de uma cosmovisão irracionalista e organicista, crítica do *laissez faire* e do liberalismo político.¹⁰

⁸ Indicado por George Washington, Alexandre Hamilton foi o primeiro Secretário do Tesouro dos Estados Unidos (1789-1795), defendendo no *Report on the Subject of Manufacture* (Relatório sobre as Manufaturas), que entregou para os congressistas americanos, uma estratégia de industrialização que passava pela proteção às indústrias infantis, investimento público na infraestrutura (como construção de canais), desenvolvimento do sistema bancário, a promoção de um mercado de títulos do governo.

⁹ No ano em que List publicou o *Sistema Nacional de Economia Política* (1841), Marx ainda iniciava a publicação de seus escritos filosóficos, tendo publicado neste ano o primeiro deles: *Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro*. Convém destacar, contudo, que a antecipação da crítica de Marx conforme mencionada é apenas em termo cronológico, pois a natureza metodológica das críticas elaboradas pelos autores é distinta. Um tema, porém, que foge ao escopo deste ensaio.

¹⁰ Como consequência, as ações políticas da escola histórica decorreram das premissas filosóficas das quais partia. Conforme Screpanti e Zamagini (1997, p. 102): “Entre essas premissas, o individualismo e o racionalismo foram rejeitados; em vez disso, foram exaltados os ideais da unidade orgânica da nação, da superioridade dos fins coletivos sobre os individuais, da especificidade histórica e geográfica das instituições de cada país.”

2.2.2 A Escola Histórica Alemã de Economia Política

De acordo com Schumpeter (1964), a escola histórica pode ser dividida em três gerações: (i) a velha escola, formada por Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898); (ii) a nova escola, formada por Etienne Laspeyres (1834-1913), Karl Bücher (1847-1930), Lujo Brentano (1844-1931) e Gustav von Schmoller (1837-1917); (iii) a novíssima escola, tendo como principais expoentes Arthur Spiethoff (1873-1957), Werner Sombart (1863-1941) e Max Weber (1864-1920).¹¹

O nascimento da escola histórica pode ser efetivamente atribuído à publicação de três obras: *Esboço para palestras sobre economia do estado usando o método histórico* (1843) de Wilhelm Roscher; *Economia do Presente e do Futuro* (1848) de Bruno Hildebrand; e *Economia Política do Ponto de Vista do Método Histórico* (1853) de Karl Knies. Contudo, foi com Gustav Schmoller, que se tornou o principal economista do Império Alemão, que esta corrente ganhou maior notoriedade. As análises desenvolvidas por essa escola, marcadas por um claro antipositivismo, partiam do pressuposto de que as categorias econômicas são detentoras de um caráter histórico singular, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas ciências naturais para as ciências sociais. Haveria assim a necessidade de elaboração de uma metodologia específica capaz de dar sustentabilidade às análises históricas e de identificar tendências de comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo que este ser está imerso em um complexo social.

Portanto, em contraposição ao individualismo metodológico, assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo economicus*, haveria um *Volksgeist* (espírito do povo) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, cabendo, conseqüentemente, encontrar, por meio de análises historiográficas, as regularidades e as instituições capazes de explicar o desenvolvimento do Capitalismo e das nações.¹²

¹¹ Existem diferenças metodológicas entre as gerações da escola histórica e, inclusive, um debate sobre a possibilidade ou não desse corpo analítico ser considerado uma escola de pensamento. Contudo, como não é o objetivo deste ensaio entrar nestes pormenores, recomendamos os seguintes trabalhos para quem quiser se aprofundar no assunto: Schumpeter (1964), Rhia (1985), Betz (1988), Streissler; Milford (1993), Peukert (2001), Hodgson (2001), Shionoya (2005), Tribe (2007), Máximo (2010) e Dias (2015).

¹² Conforme Screpanti e Zamaguini (1997, p. 103, tradução nossa): “Os historicistas estavam mais interessados no que chamavam de ‘leis de desenvolvimento’, ou seja, na regularidade com que – segundo

Partindo da premissa da complexidade do comportamento humano, a análise econômica jamais poderia prescindir de elementos subjetivos, o que compelia ao desafio de elaborar – é importante repisar – uma história não universalista, capaz de compreender as singularidades de cada complexo social. Nesse desiderato, a cultura de um povo, e os seus aspectos éticos e morais, os seus valores religiosos e as suas crenças (em síntese, os aspectos subjetivos) exerceriam decisiva influência em sua trajetória como sociedade.¹³

Este firme posicionamento metodológico ficou patente quando Schmoller travou com Carl Menger a *Methodenstreit*, a “Batalha dos Métodos”;¹⁴ e retornou manifesto nas obras de seus sucessores, a *Filosofia do Dinheiro* (1900) de Georg Simmel, *O Capitalismo Moderno* (1902) de Werner Sombart e *A Ética Protestante* (1904/05) de Max Weber, que se lançaram no desafio de compreender o *Geist* (espírito) como representação das motivações dos agentes, que nas suas perspectivas deveriam ser compreendidos como imersos em determinados sistemas socioculturais.

Assim, enquanto Simmel fez uso do termo espírito como um conjunto de atributos psicológicos que precisavam ser analisados em sua relação com a natureza do dinheiro,¹⁵ Sombart procurou identificar as origens do Capitalismo Moderno, compreendendo o espírito de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica, e Weber, inspirado pelos trabalhos de Sombart e Simmel (Whimster, 2009; Grigorowitschs, 2012), buscou no segmento calvinista advindo da Reforma Protestante a conformação de um padrão de comportamento mais adequado à lógica do Capitalismo, que em sua análise também é manifesta por uma lógica de racionalização em última instância.¹⁶ A exegese de *A Ética*

eles – se realizava a evolução histórica dos povos e das nações; mas inclusive neste caso evitavam formular leis universais.”

¹³ O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da escola histórica acabou exercendo influência na formação de novas escolas de pensamento, como a Escola Institucionalista Americana no século XX, trazendo efetivamente as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa. Sobre esse aspecto ver: Schumpeter (1964), Hodgson (2001) e Máximo (2010).

¹⁴ Sobre a *Methodenstreit* ver: Schumpeter (1964) e Screpanti e Zamaguini (1997).

¹⁵ Conforme Whimster (2009, p. 70): “O Capítulo 3 da *Filosofia do Dinheiro*, intitulado “*o Dinheiro na sequência das finalidades*” (*Das Geld in den Zweckreihe*) é um ponto de referência crucial tanto para Sombart como para Weber. Este capítulo fornece pretexto para pensar o capitalismo moderno com uma busca do dinheiro enquanto um fim em si mesmo.”

¹⁶ Convém pontuar que o mote de *A Ética Protestante* de Weber não era o estudo do Capitalismo como sistema econômico, mas somente desvelar a origem de certa cosmovisão que se tornou “utilitária” para o seu desenvolvimento e que se expressava num indivíduo ascético, racional e com elevada produtividade. A sua resposta foi encontrada na revolução cultural promovida pela Reforma Protestante, especificamente em sua linha calvinista, que moldou o que ele então veio a chamar de “espírito do capitalismo”. É importante,

Protestante demonstra cabalmente que a discussão com as teses de Simmel e Sombart foi extremamente fecunda para a produção intelectual de Weber, mesmo que isso não apareça de forma tão explícita. Em função disto, é importante conhecer, mesmo que de forma extremamente sintética, os apontamentos seminais destes autores.

Em 1900 Simmel publicou a *Filosofia do Dinheiro*, uma obra que teve importante repercussão na formação do pensamento social de sua época, e que destacava como pontos importantes a relação da modernidade com o dinheiro, em especial com fenômenos sociais ligados à aceleração do tempo, monetização das relações, expansão dos mercados e racionalização e quantificação da vida (cálculo racional).

Simmel, em uma clara crítica ao materialismo histórico, acabou elaborando o esboço de uma teoria da ação social ao afirmar que toda ação humana existe em uma forma psicológica prévia, cabendo ao analista social à compreensão de seus motivos subjetivos. Ou seja, a compreensão das ações econômicas dos indivíduos requer a busca pelas pré-condições psicológicas, ou até mesmo metafísicas. Simmel, assim, destacou que não há uma determinação dos fatores materiais sobre a conformação da vida humana, mas esta se molda a partir de uma relação dialética entre fatores materiais e psicossociais.¹⁷

Em 1902, Sombart publicou *O Capitalismo Moderno* alcançando grande sucesso editorial e se consolidando no principal manual acadêmico de economia, ao menos na Alemanha; e uma reorientação teórica, no âmbito da economia nacional germânica, em torno da questão do Capitalismo, integrando história econômica com economia e teoria sociológica, e definindo claramente o Capitalismo como um problema de pesquisa a ser enfrentado (Whimster, 2009). Com uma nítida influência marxiana, porém crítico da filosofia dialética da história, Sombart se propôs a interpretar a lógica de movimento do Capitalismo e as perspectivas futuras de sua superação. Nesta senda, procurou compreender o processo de valorização capitalista e a formação do “empreendimento capitalista”. A partir da influência metodológica da escola histórica, ele viu no Capitalismo

ademais, acrescentar que Weber em nenhum momento restringiu o surgimento do Capitalismo ao desenvolvimento da ética protestante ascética. O desenvolvimento do Capitalismo, conforme a sua matriz analítica, somente pode ser compreendido como resultado de um feixe de fatos sociais inter-relacionados e interdependentes que estabeleceram múltiplas conexões de sentido.

¹⁷ Para uma análise mais detalhada ver Whimster (2009), em especial o capítulo 2.

muito mais do que apenas um modo de produção, o que lhe fez procurar a sua compreensão, também, nos fatores extraeconômicos, que seriam capazes de lhe conferir uma significação cultural.

É nesta senda que viu no processo de racionalização um elemento constitutivo importante do sistema capitalista e que conformaria o seu espírito, assentado em uma ação consciente em relação aos seus objetivos. Para ele, o Capitalismo pressupõe uma forma racional de pensar e agir que busca na valorização do capital a finalidade de todo empreendimento capitalista. É, assim, em última instância, que Sombart vê nessa lógica um processo psicológico que passa pelo desejo pelo lucro – *auri sacra fames* –, enquanto um fim em si mesmo, somente atingido por meio do cálculo racional. Sombart formula assim o surgimento do Capitalismo Moderno em termos de motivações psicológicas, procurando explicar a sua “psicogênese” na mudança de mentalidade que ocorreu no final da Idade Média e que engendrou uma nova forma de racionalidade (Whimster, 2009).

Simmel e Sombart se fazem, portanto, presentes na construção teórica de Weber, e são perceptíveis nas entrelinhas de *A Ética Protestante*, ou mesmo em *Economia e Sociedade*. Contudo, é de bom alvitre destacar que é de Sombart, em especial de seu livro *O Capitalismo Moderno*, que Weber herdou o Capitalismo e a sua lógica de racionalização como problema de pesquisa a ser enfrentado; fato claramente exposto, como anteriormente mencionado, na introdução conjunta da *Archiv* (Grigorowitschs, 2012). Desta forma, é inquestionável que a sua maior fonte de influência foram os pensadores da escola histórica de quem herdou, sobretudo, a crítica ao positivismo ao lado da ideia de que não existe um campo de estudo exclusivamente econômico, na medida em que a atividade econômica não pode ser isolada dos fatos e acontecimentos sociais (políticos, institucionais e culturais). Assim, a ação econômica seria um produto da história.

3. Capitalismo e cultura em Max Weber

3.1 Capitalismo e racionalidade

Em termos epistemológicos Weber se notabilizou por sua análise compreensiva da sociedade, expressa no pressuposto de que toda ação social é fundada em um ato intencional dos indivíduos (num motivo, numa racionalidade).

Há um debate na literatura sobre o momento no qual Weber começou o desenvolvimento de sua análise compreensiva,¹⁸ sendo encontradas menções a criação da Sociedade Alemã de Sociologia (1909) e a publicação do artigo *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* (1913).¹⁹ Este ensaio, ao ser aprimorado, se tornou o capítulo de abertura de *Economia e Sociedade*, e inicia propositadamente com a definição de alguns conceitos fundamentais, dentre eles o de “ação” e “ação social”,²⁰ deixando claro que em sua perspectiva as ações humanas são derivadas de um comportamento humano dotado de subjetividade;²¹ dando sentido ao movimento mais amplo da sociedade, bem como a sua própria existência.

Ao analisar a causalidade dos fenômenos sociais, Weber entende que a realidade concreta das relações sociais implica em inesgotáveis possibilidades, algo, portanto, impossível de ser perscrutado pelo olhar analítico individual, cabendo ao intérprete à eleição de determinada fração da realidade para ser estudada compreensivamente. Ou seja, se a sociedade é um sistema aberto, todo fato social acaba se constituindo como um feixe de infinitas possibilidades (de resultados imprevisíveis). Portanto, ao combater a explicação monocausal dos fenômenos sociais, dentro de uma perspectiva pluridimensional (multicausal), em um claro contraponto ao materialismo histórico e dialético, colocava como questão importante a explicação da forma como os indivíduos que vivem sob diferentes estruturas civilizacionais atribuem sentido às suas vidas.²²

¹⁸ Conforme Schumpeter (1964, p. 85): “Nas ciências sociais, a explicação implica o conhecimento dos “conteúdos culturais”, a interpretação das “Significações”: daí o termo “Sociologia Interpretativa” (*Verstehende Soziologie*).

¹⁹ Em que pese isto, é possível inferir que alguns desses conceitos já estavam sendo amadurecidos, mesmo que preliminarmente, no momento no qual Weber escreveu os dois ensaios que iriam compor *A Ética Protestante*.

²⁰ Conforme Weber (1964, p. 5, tradução nossa): “Por “ação” deve-se entender uma conduta humana (consista ela em um fazer externo ou interno, ou em um omitir ou permitir) sempre que o sujeito ou sujeitos da ação vinculem a ela um sentido subjetivo. A “ação social”, por tanto, é uma ação na qual o sentido pretendido pelo sujeito ou sujeitos está referido a conduta de outros, se orientando por esta em seu desenvolvimento.”

²¹ Conforme Kalberg (2010, p. 34): “As pessoas são seres sociais, mas não são apenas sociais. Elas têm capacidade para interpretar ativamente situações, interações e relações referindo-as a valores, crenças, interesses, emoções, poder, autoridade, leis, costumes, convenções, hábitos, ideias etc.”

²² Conforme Kalberg (2010, p. 24): “A tentativa de encontrar uma força explicativa única – seja um Deus monoteísta, sejam as ‘leis de mercado’ de Adam Smith, seja a ‘luta de classes’ de Karl Marx – como o ‘motor da história’ era anátema para Max Weber. Ele sempre considerou essas forças todo-poderosas como resquícios de visões de mundo ultrapassadas, caracterizadas por ideias religiosas e quase-religiosas. De fato, sua recusa inflexível a definir ‘as leis gerais da vida social’ (Menger), ‘as etapas do desenvolvimento histórico’ (Buecher, Marx), ou a Evolução como pontos de partida para explicações causais abriu caminho para a concentração do foco de sua sociologia na realidade empírica e no sentido subjetivo. É importante

Weber não nega a importância das determinações econômicas, porém não as torna único vetor explicativo da dinâmica social.²³ Indo mais além, para ele até mesmo as atividades econômicas precisam ser compreendidas por meio do sentido que os indivíduos dão as suas ações, a sua conduta de vida (*Lebensführung*). Ao compreender esta conduta de vida e as motivações das ações individuais, é possível abstrair um curso para a história (Saint-Pierre, 2004; Hervieu-Léger; Willaime, 2009).

Com isto, e coerente com as proposições da escola histórica, que enfatizava a busca pelas singularidades históricas, firmou-se de uma só vez um importante contraponto: as análises positivistas (assentadas no monismo metodológico); ao behaviorismo metodológico (que buscava objetivar e controlar o comportamento humano); ao materialismo histórico e dialético (que via nos interesses materiais e na luta de classes o motor da dinâmica social ao lado de uma visão histórica linear e progressista); e a análise das estruturas sociais de Émile Durkheim (que via o fato social como uma realidade objetiva determinada exogenamente).²⁴ Essa leitura fenomenológica da sociedade acabou tendo importante rebatimento no legado metodológico weberiano, que se baseia na busca pela ênfase no comportamento do indivíduo como importante categoria para a compreensão social, na defesa da neutralidade analítica e na utilização do tipo ideal como recurso.

Na medida em que a ordem social é resultante de múltiplas conexões de sentido, estabelecidas pelos indivíduos, cabe ao analista, conforme anteriormente mencionado, eleger a fração da sociedade que irá estudar compreensivamente; tornando a ciência social uma ciência empírica, antropocêntrica, da realidade

notar ainda que essa recusa foi uma pré-condição para a adoção de modos de explicação radicalmente multicausais.”

²³ Conscientemente, Weber estabelece um contraponto à tese do marxismo vulgar de que há nos fenômenos sociais uma determinação econômica em última instância, sendo a ordem econômica, também, influenciada pela cultura, política e religião. Há um impacto dos fenômenos extraeconômicos, ou seja, culturais sobre a economia, assim como há um impacto dos fenômenos econômicos sobre a cultura. Assim, as múltiplas esferas da existência exercem influência mútua, ou, numa palavra não weberiana, dialética. Ademais, conforme Ingham (2010), Weber foi um crítico do processo de especialização acadêmica nas ciências sociais e nas ciências históricas que em sua opinião prejudicava a compreensão do desenvolvimento do capitalismo moderno.

²⁴ O fato social para Émile Durkheim é um conceito analítico que engloba um conjunto de hábitos, regras e tradições praticados pelos indivíduos (relacionados ao contexto cultural), e que objetiva compreender a sua forma pensar, sentir e agir enquanto pertencentes a um determinado grupo social. Desta forma, os fatos sociais influenciam exogenamente os indivíduos ao conformar uma “consciência coletiva” que atua de forma coercitiva.

concreta.²⁵ Contudo, para isso, deve buscar a neutralidade axiológica, evitando ao máximo a contaminação da análise por ideologias, paixões e valores. Há desta forma um alerta sobre o risco de “reificação” da análise da sociedade, enxergando a mesma como uma unidade analítica primaz, menosprezando o indivíduo como categoria analítica, na qual estes são vistos apenas como meros produtos de forças societárias (Kalberg, 2010). Weber enfatiza que a sociedade é formada por indivíduos que ao mesmo tempo em que são dotados de uma cultura e que dão, a partir dela, uma conexão de sentido em suas ações, também participam de múltiplas esferas de sociabilidade. Assim, somente a partir da infinidade real de diversas ações individuais é que podem ser derivadas as regularidades do comportamento humano (Barbosa; Quintaneiro, 2009). O motor da história se centra, portanto, na conexão de sentidos que os indivíduos estabelecem em suas ações sociais e em suas múltiplas esferas de atuação.²⁶

Nesta senda, toda a ação individual é motivada quer por uma racionalidade, possuindo objetivos extrínsecos e valores intrínsecos (hábitos, costumes e crenças), ou por impulsos momentâneos de consciência do ator social. Assim, as atitudes médias dos indivíduos são ao fim e ao cabo uma expressão de suas múltiplas conexões de sentidos, não havendo desta forma uma ordem social imanente ou uma linearidade histórica determinada.

É a partir deste pressuposto que Weber estabeleceu um importante contraponto à teoria marxista. Enquanto na análise marxista há uma linearidade histórica progressista e inexorável engendrada por meio do materialismo histórico-dialético, que afirma que o Capitalismo no final da história será suplantado pelo Comunismo e que com isso os antagonismos sociais iriam acabar, Weber explicita a hipótese de que o antagonismo de grupos sociais é uma problemática inerente à

²⁵ Conforme Kalberg (2010, p. 19): “A sociologia weberiana parte de uma crítica a todas as abordagens que tratam as sociedades como unidades quase-orgânicas, holistas, e suas ‘partes’ como elementos perfeitamente integrados em um grande ‘sistema’ de estruturas objetivas. Todas as escolas organicistas de pensamento entendem a coletividade maior em que o indivíduo age como uma estrutura definida e a ação e interação social como meras expressões particularistas dessa ‘totalidade’.”

²⁶ Kalberg (2010) faz um importante e necessário alerta para que não sejamos induzidos a uma análise apenas do indivíduo de forma isolada e desconectada, mas sim como parte de grupo social que se torna expressão de sua ação social. Nas palavras de Kalberg (2010, p. 38): “Embora a ação individual dotada de sentido seja a unidade básica de análise, a sociologia compreensiva de Max Weber não considera a vida social como um “movimento infinito” de ações solitárias desconectadas. Os diversos modos como as pessoas agem em grupo *de maneira concertada* despertam mais a atenção de Weber do que a ação do indivíduo isolado. Na verdade, ele define o objeto da pesquisa sociológica como a investigação do sentido visado por pessoas pertencentes a grupos definidos e a identificação das *regularidades da ação* [...]”

sociedade humana, e a simples transferência da propriedade dos meios de produção de mãos privadas para mãos públicas ou coletivas não irá resolver o problema do antagonismo das classes sociais. Pelo contrário, irá perpetuar o problema sob a égide de uma burocracia estatal que, como nova classe dominante, passará a explorar e subjugar os não burocratas.²⁷

Por outro lado, Weber, na senda de Sombart, também vislumbrou a racionalidade como um traço importante da evolução do Capitalismo Ocidental. O Capitalismo Industrial Moderno, como assim por vezes o chamava, seria, naquele estágio histórico, um destino inevitável da sociedade ocidental, e que para ele permitia a realização da atividade individual e o alcance da liberdade pessoal, além de representar uma forma universal de modernização e a expressão mais alta de racionalização social, tendo no empresário um agente revolucionário alimentado por uma ética singular específica (Weber, 2001; Marshal, 2003; Whimster, 2009; Grigorowitschs, 2012).²⁸

Kalberg (2010), entretanto, observa uma atitude ambivalente de Weber em relação ao Capitalismo Moderno. De um lado, lamenta as consequências sociais do livre mercado, como a ausência de ideais de compaixão, caridade e fraternidade, observando que a inclusão destas preocupações humanitárias ocasionaria ineficiência e desastre econômico. De outro, enfatiza que a liberdade do mercado e a iniciativa privada requerem empresários agressivos (“atores heroicos”) dispostos a assumirem riscos e incitarem o dinamismo da sociedade.

No livro *História Econômica Geral* Weber discorre sobre a origem do Capitalismo Moderno. Ao falar sobre o conceito e as premissas do Capitalismo, Weber (2001, p. 236, tradução nossa) afirma:

Existe capitalismo aonde quer que se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade de que se trate; especialmente diremos que uma exploração racionalmente capitalista é uma exploração com contabilidade de capital, quer dizer, uma empresa lucrativa que controla sua rentabilidade administrativamente através da contabilidade moderna, estabelecendo um balanço (exigência

²⁷ De acordo com Kalberg (2010), Weber considerou utópicas todas as esperanças de que um proletariado politizado viesse a liderar uma sociedade mais justa.

²⁸ Para Weber o Capitalismo, caracterizado pelo princípio de aquisição e ganho, pode ser encontrado, em configurações específicas, em diversos períodos históricos. Contudo, como este assunto foge à temática aqui desenvolvida, para um aprofundamento do assunto, se recomenda: Weber (2001), Marshal (2003), Whimster (2009), Ingham (2010) e Grigorowitschs (2012).

formulada primeiramente no ano de 1698 pelo teórico holandês Simon Stevin).

Desta forma, para Weber (2001) o desenvolvimento da contabilidade racional empresarial voltado para o desenvolvimento da atividade mercantil e para o cálculo do lucro se materializou como a premissa central para o desenvolvimento do Capitalismo Moderno.²⁹ A partir disso, descreve mudanças institucionais na estrutura social da Europa Ocidental que permitiram este desenvolvimento:³⁰ (i) a propriedade privada; (ii) o livre mercado dos fatores de produção; (iii) o alcance de um certo nível de desenvolvimento tecnológico e mecanização; (iv) o desenvolvimento de um sistema legal previsível; (v) a existência de trabalho formalmente livre; (vi) a comercialização da vida econômica. A estes fatores Weber (2001) ainda acrescenta: a ideologia racional, a racionalização da vida e a ética racional na economia. Isto é, na sua perspectiva, o nascimento do Capitalismo Moderno é uma singularidade histórica da sociedade ocidental, fundamentada em uma tríade: racionalidade, cálculo e dominação.³¹

Em síntese, ao mesmo tempo em que compreende a história como sistema aberto e, portanto, não linear, Weber percebe que o Capitalismo traz em si uma lógica de significação cultural através do desencantamento do mundo, um processo racionalizante e burocratizante que invade todos os campos da sociedade. A sua perspectiva de futuro era preocupante e se torna claramente perceptível no final do ensaio *A política como vocação* (1919) quando enfatiza que “[...] não nos espera a floração do estio, mas, antes, uma noite polar, glacial, sombria e rude” (Weber, 2003, p. 124).

Esta visão já se encontrava de alguma forma manifesta no final de *A Ética Protestante*, na qual Weber (2004) afirmava que a racionalidade acabaria ao fim e

²⁹ Conforme Ingham (2010), para Weber o mercado ocupava uma posição marginal nas economias pré-capitalistas e a ganância não era a motivação econômica principal. Conforme Ingham (2010, p. 36, tradução nossa): “Para Weber, a característica única do capitalismo europeu moderno não era apenas o fato de a busca pelo lucro ter impregnado a vida econômica. Em vez disso, Weber se concentrou na maneira peculiar pela qual esses benefícios foram perseguidos. O capitalismo é definido como a satisfação das necessidades e desejos humanos através da produção industrial realizada por empresas burocráticas que calculam racionalmente o lucro líquido.”

³⁰ A este respeito, além de Weber (2001), ver, também, Ingham (2010) que elabora uma boa síntese sobre o assunto.

³¹ A análise da dominação, não obstante ser fundamental para a compreensão do pensamento de Weber, foge ao objetivo deste ensaio. Para um aprofundamento sobre o tema, recomendo Weber (1964), Saint-Pierre (2004), Barbosa e Quintaneiro (2009) e Whimster (2009).

ao cabo submetendo o indivíduo a uma *stahlhartes Gehäuse* (rija crosta de aço), ou como ficou universalmente conhecida por meio da tradução de Talcott Parsons de *A Ética Protestante* para a língua inglesa em 1930, uma “gaiola de ferro”. Esta rija crosta de aço ilustra, portanto, uma lógica teleológica assentada na busca pela eficiência por meio do cálculo, da racionalidade e da burocratização.

3.2 Cultura e Capitalismo moderno

É justamente como recurso heurístico para compreender os fenômenos sociais e econômicos que Weber se apropria da metodologia do tipo ideal, um recurso de abstração que estabelece uma espécie de “caricatura” do objeto alvo de análise, acentuando as suas principais características culturais distintivas, porém tendo clareza de que o mesmo é uma mera abstração analítica (uma utopia), que não existe concretamente em sua forma pura, muito menos dá conta da totalidade dos fatos sociais.³² O tipo ideal é construído com base em uma imputação causal e numa significação cultural assentada em valores sociais estabelecidos, se valendo de manifestações coletivas de uma sociedade na qual o indivíduo está imerso.³³ Um bom exemplo da aplicação do tipo ideal como recurso é encontrado na caracterização do calvinista ascético de *A Ética Protestante*, uma abstração analítica que auxilia Weber (2004) na compreensão de uma cosmovisão específica, no estabelecimento de conexões de sentido e relações entre esferas de atuação e na moldagem da essência do que ele denominou de “espírito” do Capitalismo.

Ao pesquisar a origem do Capitalismo Moderno, Weber (2004) desvela a importância dos aspectos culturais.³⁴ Submerge, assim, nessa questão tentando

³² A análise do tipo ideal foi aperfeiçoada por Weber a partir das influências originárias de Karl Bücher da escola histórica e dos historiadores Jacob Burckhardt e Theodor Mommsen. A este respeito ver: Grigorowitschs (2012). Para uma análise do tipo ideal como recurso metodológico em Weber se recomenda ver: Kalberg (2010), Saint-Pierre (2004), Carvalho (2005) e Hervieu-Léger e Willaime (2009).

³³ Saint-Pierre (2004, p. 69), estabelece uma observação importante a respeito deste recurso analítico: “Pode suceder, e de fato sucede às vezes, que um tipo ideal utilizado para analisar a situação social de uma determinada época esteja presente na mente dos homens dessa época, mas não como tipo ideal senão como um ideal prático a ser alcançado ou como máxima para a regulação de determinadas relações sociais, ou seja, pode estar presente como elemento normativo.”

³⁴ Weber (2004) trata especificamente do debate sobre o surgimento do Capitalismo Moderno, o distinguindo de um conceito mais amplo de “Capitalismo”. Conforme Werber (2004, p. 45): “É nesse sentido específico que o conceito de “espírito do capitalismo” é utilizado aqui. [Do capitalismo *moderno*, naturalmente. Escusado dizer, dada a própria colocação do problema, que aqui se trata apenas do capitalismo da Europa ocidental e da América do Norte. “Capitalismo” existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade e na Idade Média. Mas, como veremos, faltava-lhe precisamente esse *ethos peculiar*.]”

compreender quais foram as mudanças culturais que produziram uma metanoia na mentalidade anticapitalista medieval e moldaram uma nova mentalidade adequada para o pleno desenvolvimento dos valores e das virtudes do Capitalismo Moderno. Encontra essa resposta na Reforma Protestante, em especial na linhagem do protestantismo calvinista ascético, que com a sua doutrina da predestinação e seu conceito de vocação (*Beiruf*) ajudaram a moldar através de seu *ethos* profissional o “espírito” do Capitalismo Moderno manifesto na ascese intramundana. Neste sentido, para Whimster (2009) o “espírito” do Capitalismo para Weber é um tipo específico de autoconsciência humana partilhada por meio da prática religiosa por um grande número de pessoas.

Na mesma toada que Sombart, Weber (2004) acreditava que o Capitalismo era irreversível e tentava desvelar o significado cultural geral de sua dinâmica de desenvolvimento. Para ele, ao definir que o Capitalismo Moderno está associado a um tipo de racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental, acaba estabelecendo outro contraponto à análise marxista, a da acumulação primitiva como gênese do Capitalismo.³⁵ Conforme Weber (2004, p. 61):

Para saber as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista. Por toda parte onde emerge e se efetiva, ele *cria* para si as provisões monetárias como meios de sua efetivação, não o contrário.

Whimster (2009) destaca convenientemente que *A Ética Protestante* não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte de um contexto mais amplo, de um crescente debate de época sobre o Capitalismo e em especial as suas origens. É neste sentido que afirma que os dois ensaios que compõem essa obra são uma intervenção específica sobre a etiologia cultural e o significado cultural do Capitalismo Moderno. Não obstante, acabou também se tornando uma contribuição mais geral para o debate.

Todavia, alerta para alguns pontos importantes acerca da teoria de Weber. A discussão do puritanismo ascético como elemento importante para a moldagem

³⁵ Para Weber (2004, p. 46-47): “O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão da ordem, por assim dizer, “natural” das coisas, totalmente sem sentido para a sensibilidade ingênua, é tão manifestamente e sem reservas um *Leitmotiv* do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo.”

do “espírito”, ou chamemos, em nossas palavras, de cultura do Capitalismo Moderno, se ampliou em seus trabalhos posteriores para uma agenda mais centrada na compreensão de como a modernidade ocidental acabou por se distinguir de outras civilizações. Kalberg (2010), em sintonia, também enfatiza que a agenda de Weber acabou se consolidando na análise das singularidades da civilização ocidental.

Ademais, Whimster (2009) destaca que Weber ao mesmo tempo em que rejeitou a tese materialista de que foram as mudanças econômicas que impulsionaram a Reforma Protestante como um desenvolvimento histórico necessário, também rejeitou a tese de que o “espírito capitalista” foi fruto inexorável da Reforma. Assim, a mudança da mentalidade religiosa e da cosmovisão advinda da Reforma apenas pertence a uma parte da teia de desenvolvimento da cultura ocidental moderna, que se soma a uma complexa interação com uma infinidade de outros fatores históricos.

Desta forma, é possível afirmar que Weber ao mesmo tempo em que não foi um culturalista, também não foi um antimaterialista. Contudo, deixou claro que a cultura importa. Valores, crenças e cosmovisão são importantes na determinação do fluxo da história, que não é linear, e que jamais pode ser compreendida em sua totalidade. Como consequência, para a plena compreensão da dinâmica histórica do Capitalismo, ou para as singularidades de sua manifestação em distintas sociedades, o estudo da cultura se torna uma problemática central.

4. Conclusão

Este artigo teve por objetivo principal apresentar a compreensão de Max Weber sobre a relação entre cultura e Capitalismo. Porém, como tarefa indissociável ao exercício proposto, até mesmo para estabelecer as devidas mediações analíticas, foi necessário, ainda que de forma concisa, contextualizar o seu pensamento no tempo e espaço de sua produção, destacando as suas principais fontes de influência.

Schumpeter (1964, p. 93) afirmou que Weber “[...] foi uma das personalidades mais poderosas que já entrou no cenário da ciência acadêmica.” Teve uma ampla produção, exercendo em todas as suas obras a

multidisciplinaridade. Apesar disso, o seu legado teórico se tornou muito mais conhecido no campo de estudo da Sociologia do que no campo da Economia.

Na maior parte das faculdades de Economia do Brasil o estudo de Weber, quando existe, é residual. Ainda é preciso uma mais densa reflexão sobre os motivos desse “desinteresse”. Algumas hipóteses podem se elencadas, mas que carecem de confirmação dentro de uma agenda mais ampla de pesquisas. Dentre elas está o fato de a Economia ter, em alguma medida, em especial em seus campos hegemônicos de pensamento, se fechado para a multidisciplinaridade. Também é possível ser considerada como outra hipótese válida, em alguns casos, o fato de Weber ser considerado como um adversário intelectual robusto para determinada agenda, que vê a Ciência Econômica como um instrumento de transformação social, relacionando diretamente ciência social com projeto de sociedade.

De forma oposta, Weber ao mesmo tempo em que pugnava pela multidisciplinaridade – situação exemplificada não somente pelas suas contribuições no campo das diversas ciências da cultura, mas também no seu flerte com elementos teóricos da Escola Austríaca e com elementos do pensamento marxista (apesar de suas críticas) – defendia a neutralidade axiológica, fato cabalmente exposto em seu ensaio *Ciência como Vocação* (1919). Além, ademais, de nutrir uma percepção ambivalente do Capitalismo e de ter deixando clara as suas críticas ao Socialismo.

A busca pela multidisciplinaridade, a neutralidade axiológica, bem como as suas contribuições no campo da epistemologia, metodologia, teoria da ação e entendimento do Capitalismo como expressão de um movimento de desencantamento, racionalização e burocratização do mundo, indiscutivelmente são elementos reflexivos que deveriam voltar a fazer parte da formação do economista como cientista social.

Nesse sentido, o resgate do escopo teórico desenvolvido por Max Weber é oportuno para dotar a Ciência Econômica de recursos analíticos que permitam o enfrentamento de importantes desafios contemporâneos, em especial aqueles relacionados à análise das instituições e ao entendimento do papel da cultura na dinâmica de desenvolvimento das sociedades. Todavia, conforme alertado desde o início, é necessário estabelecer adequada mediação, compreendendo que o seu pensamento foi fortemente influenciado pelo contexto cultural, filosófico, político

e econômico de sua época; influências que permanecem explícitas ou muitas das vezes implícitas em suas obras.

A Alemanha de Max Weber vivia um intenso processo de mudanças; industrialização, crescimento demográfico, urbanização, no bojo de um processo de conformação nacional (*Kaiserreich*). Era um contexto de efervescência do ideário nacional, que somado ao pensamento filosófico advindo do romantismo e as influências herdadas da escola histórica (que moldaram uma aversão ao positivismo), bem como experiências vivenciadas em algumas de suas viagens (Inglaterra, Escócia, Bélgica, Itália e Estados Unidos), ajudaram a conformar a cosmovisão de Weber; detentora de uma forma específica de ver os fenômenos sociais como derivados de aspectos culturais – conformadores de um espírito (*Geist*) – determinantes da ação humana.

Weber, influenciado pela escola histórica, deixa claro que não existe um campo de estudo exclusivamente econômico, na medida em que a atividade econômica não pode ser isolada dos fatos e acontecimentos sociais (políticos, institucionais e culturais). A ação econômica seria um produto da história, o que o compelia a procurar identificar o universal no particular, muitas vezes correlacionando diversas manifestações culturais (aspectos éticos, morais e religiosos), sem perder, contudo, a visão mais ampla dos complexos sociais (em especial das nações) como decorrentes de trajetórias históricas singulares resultantes de inúmeros feixes de sentidos – que moldam regularidades e instituições, e, por isso, podem se constituir como elementos explicativos para o desenvolvimento das nações e do próprio Capitalismo.

Este posicionamento se torna explícito na nova linha editorial da revista *Arschiv* quando, a partir de 1904, Weber (em conjunto com Edgar Jaffé e Werner Sombart) definiu o desenvolvimento do Capitalismo, com ênfase especial no seu caráter histórico e cultural, como a problemática central de investigação. Aliás, além de Werner Sombart, de quem herdou o Capitalismo e a sua lógica de racionalização como problema de pesquisa a ser enfrentado, Georg Simmel também foi outro interlocutor que lhe exerceu forte influência, em especial nos apontamentos relacionados às ações humanas e econômicas como decorrentes de motivos subjetivos (pré-condições psicológicas ou metafísicas). Neste ponto, parte de *A Ética Protestante* é um claro e direto debate com estes dois interpretes.

Convém, assim, reforçar, sem correr o risco de redundância, que a sua contribuição seminal para a análise das singularidades de cada complexo social – uma clara herança da escola histórica, com destaque para a compreensão da importância dos aspectos culturais como elementos determinantes de um movimento histórico de mais longo prazo – é na atualidade um dos pontos que merecem uma mais intensa atenção e revisitação.

Nesse sentido, o estudo da formação singular de cada complexo social, bem como a sua cosmovisão derivada e, a partir dela, as instituições específicas de cada contexto histórico societário, é uma agenda que precisa ser robustecida pelos economistas para a compreensão das trajetórias de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) das sociedades.

Weber nos ajuda a compreender uma das múltiplas dimensões da problemática do desenvolvimento, a dimensão cultural. Neste desiderato, a sociedade é formada por indivíduos que ao mesmo tempo em que são dotados de uma cultura e que dão a partir dela uma conexão de sentido em suas ações, também participam de múltiplas esferas de sociabilidade. Portanto, o comportamento do indivíduo precisa ser visto como uma importante categoria para a compreensão social, tendo como recurso a utilização do tipo ideal. Some a isto o pressuposto de que o antagonismo de grupos sociais é uma problemática inerente à sociedade humana.

Em síntese, está na hora da Ciência Econômica “redescobrir” Max Weber, bem como estudar a sua vasta produção intelectual, aprofundando diversos de seus *insights*. Livros como *A Ética Protestante e Economia e Sociedade*, bem como *História Econômica Geral*, além de seus diversos ensaios, precisam voltar a ser lidos e estudados pelos economistas. Mas, não só isso, precisam fazer parte de uma nova agenda de pesquisas, sobretudo nas áreas da história do pensamento econômico, economia política, teoria econômica ou teoria do desenvolvimento econômico.

Finalmente, alguns nichos da Ciência Econômica vêm percebendo que a cultura importa. E Max Weber, indiscutivelmente, foi um autor seminal nesta agenda, que merece, portanto, um mais amplo resgate de suas contribuições.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARBOSA, M. L. O.; QUINTANEIRO, T. “Max Weber”. In.: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de (Orgs.). *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BETZ, H. K. How does the Historical School Fit? *History of Political Economy*, v. 20 n. 3, p. 409-430. Durham: Duke University Press, 1988.

CARVALHO, A. B. *Max Weber: Modernidade, Ciência e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHANG, H. *Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

D’AGUIAR, R. F. Celso “Furtado – um retrato intelectual”. In: SOUZA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Orgs.). *Celso Furtado: a esperança militante*. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

DIAS, F. C. *Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea*. R. Adm. Emp., 14(4), p. 47-62, jul./ago. 1974.

DIAS, L. C. C. *A Escola Histórica Alemã de Economia Política*. Belo Horizonte: Revista Multiface, v. 3, 2015.

FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Roco, 1996.

FUKUYAMA, F. “Capital Social”. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

FULLERTON, K. Calvinism and Capitalism. *Havard Theological Review* 21, n. 3, p. 163-95, 1928.

GRENN, R. W. *Protestantism and Capitalism: The Weber Tesis and Its Critics*. Boston: D.C. Helth and Company, 1959.

GRIGOROWITSCHS, T. *Um outro espírito, um outro capitalismo: O papel da economia antiga na tipologia do capitalismo de Max Weber*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

GRONDONA, M. Uma Tipologia Cultural do Desenvolvimento Econômico. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

HARRISON, L. E. Por que a cultura é importante? In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HERVIEU-LÉGER, D.; WILLAIME, J. *Sociologia e Religião: Abordagens Clássicas*. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

HIGGINS, S. S. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.

HODGSON, G. H. *How Economics Forgot History: The problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001.

INGHAM, G. *Capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2010.

KALBERG, S. *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LANDES, D. Quase toda a diferença está na cultura. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

MARSHAL, J. F. Por que Weber? In: WEBER, M. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MÁXIMO, M. M. A. *A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã*. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2010.

NATALI, J. B. *O século de Max*. São Paulo, Domingo, 11 de abril de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs11049904.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

NAUGLE, D. K. Cosmovisão: a história de um conceito. Brasília: Editora Monergismo, 2017.

PEUKERT, H. The Schmoller Renaissance. *History of Political Economy*, v. 33, n. 1, Spring, p. 71-116, 2001.

PYE, L. W. Valores asiáticos: de dínamos a dominós? In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

RIHA, T. J. German Political Economy: The History of an Alternative Economics. *International Journal of Social Economics*, v. 12, n. 3-5, p. 2-248, 1985.

ROBERTSON, H. H. *Aspects of the Rise of Economic Individualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1933.

SACHS, J. Notas para uma nova sociologia do desenvolvimento econômico. In.: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). *A cultura importa: valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

SAINT-PIERRE, H. L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SAMUELSON, K. *Religion and Economic Action: The Protestant Ethic, the Rise of Capitalism, and the Abuses of Scholarship*. Nova York: Basic Books, 1961.

SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. v. 2. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança para o Progresso, 1964.

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *Panorama de historia del pensamiento económico*. Barcelona: Editora Ariel S.A., 1997.

SHIONOYA, Y. *The Soul of the German Historical School: methodological essays on Schmoller, Weber and Schumpeter*. Boston: Springer, 2005.

SOUZA, J. de. *A atualidade de Max Weber no Brasil*. Revista Cult, 2020. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/a-atualidade-de-max-weber-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

STREISSLER, E.; MILFORD, K. Theoretical and Methodological Positions of German Economics in the Middle of the Nineteenth Century. *History of Economic Ideas*, v. 1/2, n. 3/1, p. 43-79, 1993.

TAWNEY, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. Nova York: Brace and Company, 1926.

TRIBE, K. *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse 1750-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TROESLTSCHE, E. *The social Teaching of Chirstian Churches*. Nova York: The Macmillan Company, 1949.

WEBER, M. *Economia y sociedad*. Esbozo de sociología comprensiva. México: FCE, 1964.

WEBER, M. *Historia Económica General*. México: FCE, 2001.

WEBER, M. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHIMSTER, S. *Weber*. Porto Alegre: Artmed, 2009.